



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING 5 de maio de 2021

MPMA requer que municípios cobrem comprovação das comorbidades para vacinação contra Covid-19

Por meio do **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp Saúde)**, o **Ministério Público** do Maranhão está orientando todas as Promotorias de Justiça com atuação na **área da saúde** a requisitar das Secretarias municipais de Saúde informações sobre que tipo de documentos vão ser exigidos para comprovação das comorbidades durante as próximas etapas da campanha de imunização contra a **Covid-19**.

No último sábado, dia 1º, o **CAOP Saúde** encaminhou propostas de recomendações destinadas aos municípios. No modelo, é indicada a adoção urgente de estratégias para que seja divulgada amplamente nas cidades a documentação exigida para demonstrar a condição de portador de comorbidade.

"O objetivo é esclarecer as dúvidas da população, a fim de prevenir aglomerações ou tumultos no momento da aplicação da **vacina**, o que pode ocorrer caso não haja clareza quanto às exigências previstas no Plano Nacional de Operacionalização da Imunização", explica a promotora de justiça Ilma de Paiva Pereira, coordenadora do **CAOp Saúde**.

O documento encaminhado aos membros do **Ministério Público** menciona que, "considerando o extenso grupo populacional que será contemplado nessa segunda etapa de vacinação, o Ministério da Saúde apresentou os critérios de priorização para vacinação dos grupos de pessoas com comorbidades, pessoas com deficiência permanente e gestantes e puérperas".

Num primeiro momento, devem ser vacinados proporcionalmente, de acordo com o quantitativo de doses disponibilizado: pessoas com Síndrome de Down, independentemente da idade; pessoas com doença renal crônica em terapia de substituição renal (diálise) independentemente da idade; gestantes e puérperas com comorbidades, independentemente da idade; pessoas com comorbidades de 55 a 59 anos; pessoas com Deficiência Permanente cadastradas no Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 55 a 59 anos.

Na segunda fase da vacinação para este público,

devem ser imunizados, também de acordo com o quantitativo de doses disponibilizado, segundo as faixas de idade de 50 a 54 anos, 45 a 49 anos, 40 a 44 anos, 30 a 39 anos e 18 a 29 anos: pessoas com comorbidades; pessoas com deficiência permanente cadastradas no BPC; gestantes e puérperas independentemente de condições pré-existent.

COMPROVANTES - Conforme o Plano Nacional de Operacionalização da Imunização, as pessoas com comorbidades poderão estar pré-cadastradas no Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunização (SIPNI). Aqueles que não tiverem sido pré-cadastrados poderão apresentar qualquer comprovante que demonstre pertencer a um destes grupos de risco, como exames, receitas, relatório médico, prescrição médica etc). Adicionalmente, poderão ser utilizados os cadastros já existentes dentro das unidades de saúde dos municípios.

DOSES TROCADAS - O **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp Saúde)** do **MPMA** também orientou aos promotores de justiça que requisitem informações junto aos gestores municipais de saúde sobre a ocorrência da aplicação da **vacina** contra a **Covid-19** de fabricantes diferentes da primeira para a segunda dose.

A medida é decorrente de notícias publicadas na imprensa de que 16.481 mil pessoas no Brasil receberam a primeira e segunda doses do imunizante de fabricantes diferentes, o que representa um potencial risco sanitário, tendo em vista que não há conhecimento dos efeitos adversos da troca de **vacinas**.

A recomendação do **Ministério Público** busca obter informações sobre as providências que estão sendo tomadas pelos gestores municipais diante da ocorrência e para preveni-la, devendo encaminhar, inclusive, os documentos comprobatórios, bem como esclarecer se os casos que, por ventura ocorrerem, serão monitorados pelas equipes de saúde.

"Nossa intenção com tais documentos é fiscalizar e coibir omissões pontuais, cumprindo o papel do **Ministério Público** de indutor de políticas públicas. É

mais um objetivo preventivo do que repressivo",
ressalta a promotora de justiça Ilma de Paiva Pereira.

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/275/20210505.pdf>

Maranhão sai na frente com ações preventivas para reduzir o número de queimadas em todo estado

O comandante do CBMMA, coronel Célio Roberto, participou na última terça-feira (3), de importante encontro na Central de Monitoramento instalada na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), para tratar das ações de proteção ao meio ambiente e combate a **queimadas** em todo o **Maranhão**.

Segundo o coronel, a reunião foi fundamental para reforçar as ações e a união das forças de **Segurança Pública** e instituições parceiras que já começaram as ações de prevenção a **queimadas** no estado. "Primeiramente, quero parabenizar o secretário estadual do Meio Ambiente Diego Rolim, e toda sua equipe pela excelente e moderna ferramenta de proteção ao meio ambiente. Aproveito para reforçar um pedido do governador Flávio Dino e do secretário de **Segurança Pública**, Jefferson Portela, que é a integração total das forças de **segurança pública** e instituições ligadas ao meio ambiente para alcançarmos ao final o êxito na missão, que é prestar um bom serviço à população e reduzir o número de **queimadas** no estado", conta do comandante do CBMMA.

COMBATE ÀS **QUEIMADAS**

Da reunião, as autoridades definiram o início imediato dos trabalhos da Força Tarefa de Prevenção aos Incêndios Florestais, que tem início a partir da Central de Monitoramento Climático da SEMA, que atua juntamente com outros órgãos e instituições ligados ao meio ambiente, como IBAMA, Defesa Civil Estadual e Batalhão de Polícia Militar Ambiental, para tratar das políticas de prevenção e combate às **queimadas**, em 2021.

"O **Maranhão** vai sair na frente na política de prevenção a **queimadas** e crimes ambientais. As diretrizes seguem determinação do governador Flávio Dino, presidente do Consórcio de Governadores da Amazônia Legal. Junto com os demais entes parceiros, nossos militares já estarão em campo, para coibir as **queimadas** e crimes ambientais em vários pontos do estado, antecipando ao período mais crítico da estiagem, geralmente a partir do mês de agosto", reforça o coronel Célio Roberto.

MONITORAMENTO IN LOCO

Foram apresentados dados e indicadores climáticos que vão direcionar as ações do Comitê Técnico em todo o **Maranhão** e o trabalho das equipes do CBMMA. "Uma das regiões já mapeadas e que vai receber as equipes é a Reserva de Mirador, onde todos os anos registramos muitos focos de incêndio e destruição criminosos da fauna e da flora da região. Lá, nossos bombeiros farão o monitoramento in loco e o repasse de informações a Sala de Situação instalada na SEMA. Além disso, os técnicos da sala de monitoramento, também irão orientar à população através dos bombeiros, policiais militares e civis, para os cuidados com as **queimadas**, o tráfico de animais e na autuação de irregularidades que possam causar desastres naturais e crimes ambientais", explicou o comandante Célio Roberto.

ESTATÍSTICAS

De acordo com dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), os focos de queimada no estado, diminuíram no ano de 2020, 9,2%, em comparação ao ano de 2019. Entre os municípios do **Maranhão** com maior concentração de focos de **queimadas**, estão aqueles que tem em seu território, **unidades de conservação** e terras indígenas: Mirador, Alto Parnaíba, Balsas, Fernando Falcão, Riachão, Grajaú, Carolina, Parnarama, Amarante do **Maranhão** e Barra do Corda. Municípios estes que possuem em seu território **Unidades de Conservação** e Terras Indígenas.

Site: <https://omaranhense.com/maranhao-sai-na-frente-com-acoes-preventivas-para-reduzir-o-numero-de-queimadas-em-todo-estado/>

6 Geral

redacao@jornalpequeno.com.br | www.jornalpequeno.com.br

Caxias em Off

Hotônio Vianna

Política, Cultura & Variedades / off10@jornalpequeno.com.br

Aviso aos leitores
 Por orientação médica, o editor de Coluna Caxias em Off está em repouso e ficará 15 dias afastado para tratar de complicações pós-operatórias. Pedimos desculpas e compreensão aos nossos leitores. Que Deus nos ajude em mais esta batalha.

AVISO DE ADIAMENTO. TOMADA DE PREÇOS Nº02/2021. Em decorrência de uma divergência na data de abertura publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 19 de abril de 2021, e na FAMEM, no dia 22 de abril de 2021, a sessão da licitação na modalidade tomada de preços, do tipo Menor Preço Global, objetivando contratação de empresa de engenharia para execução do remanescente do espaço educativo de 12 salas de aula – Escola Municipal Viriato Correia no Povoado Cajupara, Itinga do Maranhão – MA, conforme Termo de Compromisso PAB nº 22573, será ADIADA, para a data de abertura, dia 19 de maio de 2021, às 14:00h, na sala de Reuniões da CPL, sendo conduzida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, auxiliado pela Equipe de Apoio. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no pré-dio eletrônico functiona.com.br, sob o número de Licitação, das 08:00h às 12:00 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.itinga.ma.gov.br.

Francisco Leonardo Franco de Carvalho
Pregoeiro



AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº 27/2021-PMAP-MA. PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021-PMAP. Prefeitura Municipal de Alto Paranaíba-MA, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **Pregão Presencial Nº 09/2021-PMAP**, do tipo menor preço global, às 09:00h em 19 de maio de 2021, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada no endereço: Rua Getúlio Vargas, 822 – Centro, CEP: 65.812-100 – Alto Paranaíba - MA, cujo objeto é contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana em via pública, coleta dos resíduos sólidos e destinação finalizada inerte, conforme Termo de Referência de nº 147 de 07 de junho de 2020, Decreto Federal nº 3.555/2000, aplicando-se os procedimentos determinados pela Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, e subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais normas em vigor, para a aquisição de serviços de manutenção e operação de rede de distribuição elétrica de tensão média, sob o sistema de pagamento por unidade consumidora, conforme Edital de nº 02/2021, disponível em: www.alto-paranaiba.gov.br. Para mais informações, consulte o site: www.alto-paranaiba.gov.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Alto Paranaíba: www.alto-paranaiba.gov.br. Sistema de Acompanhamento Eletrônico de Contratação Pública (SACOP) www.tce.ma.gov.br na Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à Av. Avenida João de Deus, 1020 – Centro, CEP: 65.812-100 – Alto Paranaíba – Maranhão. No horário das 08h às 12h e das 13h às 17h. Poderá ser solicitado também através do e-mail alto-paranaiba@ma.gov.br com dados adicionais no mesmo endereço e local. Alto Paranaíba - MA, 22 de abril de 2021. Lucidiane da Silva Moraes - Pregoeira – Alto Paranaíba - MA.

AVISO DE ADIAMENTO. TOMADA DE PREÇOS Nº01/2021. Em decorrência de uma divergência na data de abertura publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 15 de abril de 2021, e na FAMEM, no dia 28 de abril de 2021, a sessão da licitação na modalidade tomada de preços, do tipo Menor Preço Global, objetivando contratação de prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica especializada em Controle Interno e Externo para o Município de Itinga do Maranhão, conforme Projeto Básico, será ADIADA, para a data de abertura, dia 19 de maio de 2021, às 09:00h, na sala de Reuniões da CPL, sendo conduzida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, auxiliado pela Equipe de Apoio. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no pré-dio eletrônico functiona.com.br, sob o número de Licitação, das 08:00h às 12:00 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.itinga.ma.gov.br.

Francisco Leonardo Franco de Carvalho
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº010/2021 Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Brejo, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Decreto 10.024/19, Decreto Municipal nº 9.010/2017 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço, por lote, por Registro de Preço para futura contratação para Aquisição de Água Mineral, Gás GLP e Componentes de Interesse das Secretarias Municipais de Brejo/MA, que se realizará no dia 17 de maio de 2021, às 09:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site: <http://www.portaldcompraspublicas.com.br>, sendo presidida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Avenida Luís Domingos, 95, Centro, Brejo – MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras Públicas – Endereço: <https://www.portaldcompraspublicas.com.br>. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço eletrônico e/ou pelo telefone (98) 3472-0319. Brejo – MA, 29 de abril de 2021. Magno Souza dos Santos – Pregoeiro Municipal.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SELETIVA PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2021
PROCESSO Nº 38189/2021-DES

Objeto: Aquisição de medicamentos do Programa da SÉRIE (EMENDAS ESTACIA), para atender às necessidades da Superintendência de Assistência Farmacêutica do Estado do Maranhão (SUA-FARM), Local: www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: Comissão Seletiva Permanente de Licitação – CSEL, localizada na Av. Professor Carlos Cunha Sth, Jaraucá, CEP: 65.075-030, São Luís/MA. E-mail: csl@saude.ma.gov.br. Fone: (98) 3186202 e 3186203.

São Luís, MA, 30 de abril de 2021.
MARCEL SALLES SOARES SANTOS
 Pregoeiro da SESP/MA

Maranhão sai na frente com ações preventivas para reduzir o número de queimadas em todo estado

Corpo de Bombeiros integra comitê técnico para reduzir o número de queimadas e crimes ambientais do Maranhão

O comandante do CBMMA, coronel Célio Roberto, participou na última terça-feira (3) de um encontro na Central de Monitoramento, instalada na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema), para tratar das ações de proteção ao meio ambiente e combate às queimadas em todo o Maranhão. Segundo o coronel, a reunião foi fundamental para reforçar as ações e a união das forças de Segurança Pública e instituições parceiras que já começaram as ações de prevenção a queimadas no estado. "Primeiramente, quero parabenizar o secretário estadual do Meio Ambiente Diego Rolim, e toda sua equipe pela excelente e moderna ferramenta de proteção ao meio ambiente. Aproveito para reforçar um pedido do governador Flávio Dino e do secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, que é a integração total das forças de segurança pública e instituições ligadas ao meio ambiente para alcançarmos o final e o êxito na missão, que é prestar um bom serviço à população e reduzir o número de queimadas no estado", contou o comandante do CBMMA.

COMBATE AS QUEIMADAS

Na reunião, as autoridades definiram o início imediato



Visita à Central de Monitoramento da Sema, quando foram definidas ações de combate a queimada no Maranhão

dos trabalhos da Força Tarefa de Prevenção aos Incêndios Florestais, marcada para acontecer a partir da Central de Monitoramento Climático da Sema, que atua juntamente com outros órgãos e instituições ligadas ao meio ambiente, como Ibama, Defesa Civil Estadual e Batalhão de Polícia Militar Ambiental, para tratar das políticas de prevenção e combate às queimadas, em 2021. "O Maranhão vai sair na frente na política de prevenção a queimadas e crimes ambientais. As diretrizes seguem determinação do governador Flávio Dino, presidente do Consórcio de Governadores da Amazônia

Legal. Junto com os demais entes parceiros, nossos militares já estão em campo, para coibir as queimadas e crimes ambientais em vários pontos do estado, antecipando ao período mais crítico da estiagem, geralmente a partir do mês de agosto", reforçou o coronel Célio Roberto.

MONITORAMENTO IN LOCO

Foram apresentados dados e indicadores climáticos que vão direcionar as ações do Comitê Técnico em todo o Maranhão e o trabalho das equipes do CBMMA. "Uma das regras já impostas e que vai receber as equipes é a Reserva de Mirador, onde todos

os anos registramos em muitos focos de incêndio e destruição criminosa da fauna e da flora da região. Lá, nossos bombeiros farão o monitoramento in loco e o repasse de informações à Sala de Situação instalada na Sema. Além disso, os técnicos da sala de monitoramento, também irão orientar à população através dos bombeiros, policiais militares e civis, para os cuidados com as queimadas, o tráfico de animais e na atuação de irregularidades que possam causar desastres naturais e crimes ambientais", explicou o comandante Célio Roberto.

ESTATÍSTICAS

De acordo com dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), os focos de queimada no estado, diminuíram no ano de 2020, 9,2%, em comparação ao ano de 2019. Entre os municípios do Maranhão com maior concentração de focos de queimadas, estão aqueles que tem em seu território, unidades de conservação e terras indígenas: Mirador, Alto Paranaíba, Balsas, Fernando Falcão, Riachão, Grajaú, Carolina, Parnaiana, Amanante do Maranhão e Barra do Corda. Municípios estes que possuem em seu território Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Acailândia MPMA recomenda suspensão de contrato com escritório de advocacia

Foram identificadas várias irregularidades no processo licitatório que viabilizou o contrato

O Ministério Público do Maranhão entrou, nessa segunda-feira (3), com recomendação ao prefeito de Acailândia, Aluisio Silva Sousa, e ao secretário municipal de Economia e Finanças, Edmilson Angelo Pereira, para que seja providenciada a imediata anulação do Pregão Eletrônico nº 002/2021, bem como da contratação do Consórcio Masig (Maranhão Advogados Associados e Sigma Tecnologia e Assessoria Ltda).

Foi requerido também que sejam tomadas as providências legais para a imediata devolução ao órgão municipal de quaisquer valores já pagos ao Consórcio Masig ou às empresas consorciadas, em decorrência da contratação referida, com os valores devidamente corrigidos pelo INCP ou índice similar.

Um procedimento investigatório realizado pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Acailândia constatou diversas irregularidades no processo licitatório que resultou no contrato, entre as quais a limitação de concorrência. Ficou confirmado que apenas um licitante pode participar, ainda assim porque duas empresas (Maranhão Advogados Associados e Sigma Tecnologia e Assessoria Ltda.) formaram um consórcio particular de consórcio poucos dias antes da abertura da sessão do certame,

constituindo o Consórcio Masig. Autora da Recomendação, a promotora de justiça Glaucete Lima Malheiros pediu que seja encaminhado ao Ministério Público, no prazo máximo de 10 dias úteis, documento comprobatório do cumprimento da manifestação ministerial, sob pena do ajustamento das medidas judiciais cabíveis, inclusive na esfera criminal, para responsabilização solidária do gestor e dos demais envolvidos nos ilícitos.

PAREREC TÉCNICO E LAUDO

As irregularidades no Pregão Eletrônico nº002/2021 foram constatadas em parecer técnico emitido pela Assessoria Técnica do Ministério Público do Maranhão e laudo da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Secorr – 1ª Decorr(T)Z).

Entre os ilícitos identificados, além da restrição de competitividade pela aglutinação de diversos serviços no mesmo objeto, estão a impossibilidade de contratação dos serviços por preço, por não se tratar de serviço comum, tendo em vista a natureza singular da atividade, irreparabilidade de competência e matéria especializada; o prazo de vigência do contrato não pode ser inferior ao período previsto para a sua execução e consequente pagamento.

Os peritos também observaram que não houve clareza no objeto do Pregão Eletrônico nº02/2021, uma vez que o valor global estimado da licitação não é o declarado no edital e não ficou claro aos interessados a composição de todos os seus custos unitários, limitando a competição.

Também foi constatada a impossibilidade da realização de processo de contratação de consultoria e assessoria na gestão, monitoramento e auditoria, por se tratar de execução de mão de obra de atividades típicas da administração pública, em afronta ao inciso II do artigo 37 da Constituição Federal. Para o Ministério Público, a contratação do consórcio e questionável também pelo fato de a Superintendência de Receita Tributária Municipal de Acailândia contar com 27 agentes de Fiscalização e Arrecadação Tributária em seu quadro de servidores efetivos e que esses cargos exijam nível superior completo ou nível médio com especialização. "Além de ter uma carga horária de 40 horas semanais e um salário em média superior a R\$ 5.000,00 reais mensais, não restou demonstrado qualquer incapacidade dessa superintendência em executar os serviços objeto do certame licitatório", argumenta a promotora de justiça Glaucete Lima Malheiros na Recomendação.

EMPRESA MARANHENSE DE MINERAÇÃO S.A.					
CNPJ 06.268.873/0001-82					
Demonstrações Financeiras - Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhões de Reais)			Balancete Patrimonial		
			31 de Dezembro de 2020		
Demonstrações Financeiras			Balancete Patrimonial		
			31 de Dezembro de 2020		
			31 de Dezembro de 2019		
Resultados Financeiros			Capital Social		
Resultados Operacionais			Reserva Legal		
Resultado Líquido			Resultado Acumulado		
Resultado Líquido			Saldo Final		
Resultado Líquido			Resultado Acumulado		
Resultado Líquido			Saldo Final		

Parabéns, Joselene Oliveira!

Nesta quarta-feira (3), todas as atenções estão voltadas para a professora de Biologia Joselene Oliveira, que completa mais um ano de vida. Para a aniversariante, que também é gerente administrativa da empresa Vida e Cerejas, desejamos toda a felicidade do mundo, com muitas bênçãos. Parabéns!

DILVAGAO

MPMA recomenda suspensão de contrato com escritório de advocacia

O **Ministério Público** do Maranhão emitiu, nessa segunda-feira (3), Recomendação ao prefeito de Açailândia, Aluísio Silva Sousa, e ao secretário municipal de Economia e Finanças, Edmilson Angelo Pereira, para que seja providenciada a imediata anulação do Pregão Eletrônico nº 002/2021, bem como da contratação do Consórcio Masig (Maranhão Advogados Associados e Sigma Tecnologia e Assessoria Ltda).

Foi requerido também que sejam tomadas as providências legais para a imediata devolução ao erário municipal de quaisquer valores já pagos ao Consórcio Masig ou às empresas consorciadas, em decorrência da contratação referida, com os valores devidamente corrigidos pelo INCP ou índice similar.

Um procedimento investigatório realizado pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia constatou diversas irregularidades no processo licitatório que resultou no contrato, entre as quais a limitação de concorrência.

Ficou confirmado que apenas um licitante pode participar, ainda assim porque duas empresas (Maranhão Advogados Associados e Sigma Tecnologia e Assessoria Ltda.) formaram um compromisso particular de consórcio poucos dias antes da abertura da sessão do certame, constituindo o Consórcio Masig.

Autora da Recomendação, a promotora de justiça Glauce Lima Malheiros pediu que seja encaminhado ao **Ministério Público**, no prazo máximo de 10 dias úteis, documento comprobatório do cumprimento da manifestação ministerial, sob pena do ajuizamento das medidas judiciais cabíveis, inclusive na seara criminal, para responsabilização solidária do gestor e dos demais envolvidos nos ilícitos.

PARECER TÉCNICO E LAUDO

As irregularidades no Pregão Eletrônico nº002/2021 foram constatadas em parecer técnico emitido pela Assessoria Técnica do **Ministério Público** do Maranhão e laudo da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor - 1º Deccor/ITZ).

Entre os ilícitos identificados, além da restrição de

competitividade pela aglutinação de diversos serviços no mesmo objeto, estão a impossibilidade de contratação dos serviços por pregão, por não se tratar de serviço comum, tendo em vista a natureza singular da atividade, inviabilidade de competição e notória especialização; o prazo de vigência do contrato não pode ser inferior ao período previsto para a sua execução e consequente pagamento.

Os peritos também observaram que não houve clareza no objeto do Pregão Eletrônico nº02/2021, uma vez que o valor global estimado da licitação não é o declarado no edital e não ficou claro aos interessados a composição de todos os seus custos unitários, limitando a competição.

Também foi constatada a impossibilidade da realização de processo de contratação de consultoria e assessoria na gestão, monitoramento e auditoria, por se tratar de terceirização de mão de obra de atividades típicas da administração pública, em afronta ao inciso II do artigo 37 da Constituição Federal. Para o **Ministério Público**, a contratação do consórcio é questionável também pelo fato de a Superintendência da Receita Tributária Municipal de Açailândia contar com 27 agentes de Fiscalização e Arrecadação Tributária em seu quadro de servidores efetivos e que esses cargos exigem nível superior completo ou nível médio com especialização. "Além de ter uma carga horária de 40 horas semanais e um salário em média superior a R\$ 5.000,00 reais mensais, não restou demonstrada qualquer incapacidade dessa superintendência em executar os serviços objeto do certame licitatório", argumenta a promotora de justiça Glauce Malheiros na Recomendação.

Site:

<https://impresso.jornalpequeno.com.br/pub/jornalpequeno/?numero=27077>

Início da gestão de Rigo Teles na mira do MP em Barra do Corda

Luís Pablo

Uma denúncia anônima foi registrada no **Ministério Público** do Maranhão pedindo a apuração de irregularidades em contratações feitas pela Prefeitura de Barra do Corda-MA, sob gestão do prefeito Rigo Teles.

Trata-se de Notícia de Fato sobre "possível prática de direcionamento de licitação e superfaturamento" nos valores da contratação das empresas Construtora Cardoso e Diagonal Locação de Veículos.

O promotor Guaracy Martins Figueiredo, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Barra do Corda, solicitou informações e documentos dos dois processos de contratação. A documentação está sendo analisados pela Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça.

Em março, o site do Luís Pablo publicou uma reportagem sobre a contratação da empresa Diagonal. A empresa, que fica em Teresina-PI, foi contratada com dispensa de licitação logo nos primeiros dias da gestão de Rigo. Reveja aqui.

Site: <https://luispablo.com.br/politica/2021/05/inicio-da-gestao-de-rigo-teles-na-mira-do-mp-em-barra-do-corda/>